

PROJETO DE LEI 873, DE 2020

Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 e na LOAS

EMENDA ADITIVA

Inclua-se onde couber o seguinte dispositivo:

Art. Ressalvada as hipóteses de CPF cancelado ou declarado nulo, em ambos os casos por decisão administrativa ou judicial, e desde que atendidos os requisitos previstos na lei, é assegurado o acesso ao pagamento do auxílio emergencial previsto na lei.

Justificativa

O objetivo da presente emenda é assegurar a todos os cidadãos que, preenchidos os requisitos em lei, tenham acesso ao auxílio emergencial que trata a lei, mas que estão atualmente tendo dificuldades em receber o mesmo.

Pelas informações que estão sendo vinculadas nas mídias, muitos brasileiros em dificuldade financeira e que têm direito ao recebimento do auxílio estão tendo a assistência recusada, pois os respectivos CPFs estão pendentes de regularização ou estão suspensos. Apesar das pendências administrativas, entendo que o auxílio não pode deixar de ser pago nessas hipóteses até mesmo em função das nítidas dificuldades decorrentes da pandemia que essas pessoas estão a passar. Com o objetivo de resolver o problema, estabeleço que só não terá direito ao recebimento do auxílio o indivíduo que tenha seu CPF cancelado, por

exemplo, porque se constatou multiplicidade de CPFs, ou que tenha sido declarado nulo, por exemplo, por motivo de fraude. Em ambos os casos, exijo que haja decisão administrativa ou judicial nesse sentido.

Plenário, de abril de 2020.

Wolney Queiroz

PDT/PE